

**MATO GROSSO NA ERA VARGAS: (1937 – 1945):  
CAMINHOS MIGRATÓRIOS E NOVAS FRONTEIRAS\***

Carlos Edinei de Oliveira  
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)  
carloinedei@unemat.br

**Introdução**

O mês de agosto de 1941 foi um período de muita agitação para a população de Mato Grosso, em específico para Cuiabá. Entre os dias 06 e 08 de agosto, a capital recebeu a visita do Presidente Getúlio Vargas, que fortalecia o movimento de interiorização produtiva do Brasil. Sua estada em Cuiabá, sua visita e a inauguração de várias obras oficiais trouxeram à capital, o movimento do “ideal” processo de modernização.

O movimento de tornar o interior do Brasil “ocupado” e produtivo na Era Vargas está explícito no programa de integração econômica e territorial conhecido como “Marcha para Oeste” que segundo Barrozo (2008, p.19):

Entre os objetivos explícitos da Marcha para o Oeste podemos destacar a ocupação dos “espaços vazios” do Centro-Oeste e da Amazônia Meridional, a produção para o mercado nacional e o esvaziamento dos centros urbanos com maior densidade demográfica, localizados no litoral brasileiro.

Durante o Estado Novo (1937 – 1945), houve reorganização do espaço mato-grossense. Essa reorganização, além de uma configuração diferente em relação à mudança dos seus limites da fronteira física, com a criação do território de Ponta Porã (1943) e do território do Guaporé (1943), também se expressou com as mudanças relativas à reconfiguração espacial da cidade de Cuiabá e à atração de novos migrantes para a ocupação do Estado, mobilizados pela política de integração criada no governo Vargas. Essa movimentação fez com que em um momento posterior, nas duas décadas seguintes, novas fronteiras fossem criadas, como a expansão para a ocupação do sul, oeste e sudoeste e posteriormente, nos anos 70, para o norte de Mato Grosso. No final dos anos 70 também ocorreu a divisão do Estado, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>. Espaços ocupados por chegantes de diferentes estados do Brasil e, por conseguinte a abertura da fronteira agrícola e o estabelecimento da economia do agronegócio.

---

\* Este texto é parte do resultado do projeto de Pesquisa “A Era Vargas em Mato Grosso: história da arquitetura das “obras oficiais” financiado pela FAPEMAT.

<sup>1</sup> Lei Complementar nº31 de 11 de outubro de 1977, sancionada pelo presidente da República Ernesto Geisel.

Nessa configuração, o objetivo deste texto é apresentar e analisar parte das representações sobre Mato Grosso durante o Estado Novo (1937 a 1945) produzidas pelo relatório existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro<sup>2</sup> e em parte pelos registros da imprensa existentes no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). As representações de Mato Grosso nesse período da Era Vargas contribuem para analisarmos os caminhos migratórios e as novas fronteiras produzidas no início da primeira metade do século XX no território mato-grossense.

A documentação do Arquivo Nacional pertence ao fundo do Gabinete Civil da Presidência da República. A Secretaria da Presidência da República foi um órgão instituído para atender a proposta de difusão do projeto político-ideológico da Era Vargas, sobretudo do período do Estado Novo.

A Secretaria da Presidência da República (SPR), órgão diretamente vinculado ao presidente da República, foi instituída entre 1930 e 1945 como um amplo e eficiente canal de comunicação entre o governo central e os diversos segmentos da sociedade. Sua função, que a rigor tinha um caráter eminentemente administrativo, revestia-se de intensa atividade política. Dotada de um certo grau de autonomia administrativa e impondo sua autoridade a toda máquina estatal por sua vinculação direta com o chefe de Estado, a SPR atuava trocando informações com todas as instituições estatais, desde grandes ministérios até pequenas prefeituras (FERREIRA, 2011, p.86 -87).

Na análise dos documentos do fundo do Gabinete Civil da Presidência da República depara-se com um extenso relatório sobre Mato Grosso, produzido em 1940, ano anterior à vinda de Vargas a Mato Grosso, sem autoria identificada, apenas com uma assinatura de Décio Coimbra<sup>3</sup>, a caneta, em uma das folhas do texto datilografado. O relatório é composto por mais de 150 páginas, datilografado e ilustrado com mapas produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O relatório (1940) está dividido em quatro partes, abordando as seguintes temáticas sobre Mato Grosso: visão panorâmica, história, território, população, população indígena, Cuiabá, governo do Estado, orçamentos municipais e estaduais, fronteira com a Bolívia e o Paraguai, o Sul do Estado, a Zona da Noroeste, o Exército, a industrial

---

<sup>2</sup> O relatório em análise está no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo do Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 325.

<sup>3</sup> Décio Martins Coimbra, jornalista gaúcho, amigo de Vargas, em 1936 foi Secretário Comercial em Viena. Em 1937, era Cônsul do Brasil. E em 1947 foi embaixador em Viena.

pastoril, a empresa Mate Laranjeira, a borracha, os recursos minerais, o petróleo e por último uma parte denominada de Notas Diversas, essas notas dizem respeito às temáticas como eletricidade, endemias, linhas telegráficas, Forte de Coimbra, mitos indígenas, geografia de Mato Grosso e seringueiros.

Essas temáticas constituem no relatório representações diversas sobre Mato Grosso, e nos possibilita compreender como o Estado foi apresentado ao poder máximo da nação brasileira em tempos de Estado Novo. Analisaremos neste texto apenas a primeira parte do relatório, cujo título é Visão Panorâmica.

Em síntese, tanto o relatório encaminhado ao Gabinete da Presidência da República, quanto outras referências são importantes para análise da Era Vargas e constituem elementos para a compreensão sobre Mato Grosso durante o Estado Novo.

## **1. A Visão Panorâmica**

O primeiro texto do relatório (1940) encaminhado sobre Mato Grosso ao Gabinete da Presidência da República denomina-se “Visão Panorâmica”. O texto inicia-se apresentando a história da ocupação bandeirista de Mato Grosso, destacando a caça ao índio e a exploração do ouro. O mineral passa a movimentar pessoas de São Paulo, Minas Gerais e da região Norte do Brasil (atual Nordeste) para as localidades que começavam a surgir Cuiabá (1722) e Diamantino<sup>4</sup> (1728). Uma questão que merece relevância no texto é a afirmação de que os índios nesse momento inicial da ocupação de Mato Grosso foram dizimados, assim como, o ouro também se exauriu, fazendo com que outra atividade econômica fosse instalada em Mato Grosso, a pecuária.

É fundamental salientar que no início do século XXI, em Mato Grosso existem 38 etnias indígenas, resistindo ao avanço do agronegócio. O ouro e o diamante, ainda são consideravelmente extraídos e exportados em Mato Grosso.

O texto evidencia a criação da Capitania de Mato Grosso em 1948 apresentando questões políticas entre portugueses e espanhóis como justificativa para o ato. A capitania

---

<sup>4</sup> O sertanista Gabriel Antunes Maciel descobriu na região em 1728 um ribeirão diamantífero, e então, fundou as suas margens o arraial do Alto Paraguai, que passou a se chamar mais tarde como Diamantino. O arraial se tornou vila por alvará real de 23 de novembro de 1820. Atualmente é município do Estado de Mato Grosso e está a 184 km da capital Cuiabá.

de Mato Grosso, com sua sede em Vila Bela da Santíssima Trindade e depois Mato Grosso era considerada “a chave do sertão do Brasil”. O sítio escolhido pelo primeiro Capitão-General da Capitania de Mato Grosso D. Antônio Rolim de Moura para erguer a capital, conforme o relatório, foi o seu primeiro erro de administração, devido a insalubridade da localidade, fazendo com que este espaço fosse praticamente abandonado e a capital sendo transferida para Cuiabá em 1825. É importante considerar que Vila Bela da Santíssima Trindade foi abandonada pela elite branca, permanecendo na localidade desassistida pelo poder público, a partir do século XIX, até meados do século XX, a maioria de negros libertos e seus descendentes. A criação da capitania de Mato Grosso, e a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade atendia a solicitação da coroa portuguesa, que usava o espaço como fronteira viva, evitando o avanço dos espanhóis em territórios que possivelmente seriam ricos em ouro e diamante. O que pode ser comprovado pela eminente corrida do ouro, no ano de 2018, como noticiou a imprensa em geral, para a região de Pontes e Lacerda, município vizinho a Vila Bela da Santíssima Trindade.

A administração de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772 – 1778) é enaltecida, em especial pela edificação do Forte de Coimbra, na margem direita do Rio Paraguai (1775) e do Forte Príncipe da Beira, na margem direita do Rio Guaporé (1776). A fundação da cidade de Cáceres e outros feitos são evidenciados. Dois outros governantes da capitania de Mato Grosso também são mencionados José Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemberg (Marquês de Aracaty) este primeiro tem os feitos de seu governo considerados relevantes, porém Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho (Barão de Vila Bela) é citado como governante deposto.

O relatório evidencia o conflito político entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá pela sede da capitania, e denomina a revolta regencial de 1834, a Rusga<sup>5</sup>, de movimento revolucionário. Destaca a abertura da navegação pelo Rio Paraguai (1856) demonstrando um período de prosperidade econômica para Mato Grosso, que foi interrompida pela guerra do Brasil com o Paraguai. A guerra trouxe para a província efeitos catastróficos, como peste, diminuição da produção, dispersão da população,

---

<sup>5</sup> Conforme Siqueira (2002, p.93) “A Rusga em Mato Grosso, portanto, foi um dos mais precoces movimentos regenciais, visto que deflagrado em 1834. Mesmo tendo sido uma luta armada travada no interior das elites, tendo sido plural em suas reivindicações e expressões”.

destruição das propriedades e aniquilamento dos rebanhos. A guerra reduziu a população da província de 80 000 habitantes (1858) para 60 000 habitantes (1872). Neste sentido, o relatório é enfático em afirmar que a Província de Mato Grosso continuou “segregada do resto do país, entregue inteiramente a seu crescimento vegetativo” (INFORMAÇÕES ... 1940, p.04)

A economia mato-grossense só será alterada com a exploração da erva mate (*Ilex paraguariensis*) e da borracha<sup>6</sup>. Estas duas extrações vegetais movimentaram fluxos migratórios para diferentes regiões de Mato Grosso, a erva impulsionou trabalhadores para o sul, enquanto a borracha para o norte. Mesmo, com esse movimento na economia, o texto afirma, que ainda depois de proclamada a República “viveu Mato Grosso completamente entregue a si mesmo, segregado do resto do país por falta de transporte adequados, sem poder explorar suas riquezas naturais” (INFORMAÇÕES..., 1940, p.05).

O argumento do isolamento de Mato Grosso, carente de infraestrutura, um lugar de sertão, estabelecido e simbolizado como isolado. Estabelecido pela carência de infraestrutura e simbolizado pelos discursos e pela linguagem que o caracteriza, está presente enfaticamente em parte do discurso de Getúlio Vargas em sua obra Campanha Presidencial:

Visitar Cuiabá, cidade de tantas tradições e de gente tão cordial e hospitaleira, é sempre agradável.

Já cruzei o território mato-grossense em diversas direções e conheço suas principais cidades. Tenho entre vós numerosos amigos e admiro de longa data o tradicional patriotismo, a operosidade e o trato cordial do povo mato-grossense.

É a esses amigos e a todos os mato-grossenses que me dirijo, nesta campanha de renovação cívica em que me empenho para entender à convocação de milhares e milhares de brasileiros.

É preciso coragem cívica para vos dizer que o vosso Estado ainda não atingiu o nível que tem direito na Federação, que o deserto é, ainda, o vosso grande inimigo, e antes de o dominarmos não teremos atingido o ponto desejado de desenvolvimento (VARGAS, 1951, p.390, grifo nosso).

A necessidade de ocupar o “deserto” é que fez com que Getúlio Vargas, em tempos de Estado Novo, criasse a Marcha para o Oeste, as Colônias Agrícolas Nacionais e a Expedição Roncador-Xingu. Embora, como afirma Lenharo (1983) *apud* Barrozo (2008, p.19) “a Marcha para o Oeste como as Colônias Agrícolas Nacionais ficaram mais

---

<sup>6</sup> “Em Mato Grosso, as mangabeiras e seringueiras nativas floresceram nas bacias dos rios Tapajós e Paraguai, de onde era retirado um látex de excelente qualidade, com alto teor de coagulação e muito procurado pelos mercados europeus” (SIQUEIRA, 2002, p.109).

no plano do discurso do que na prática”. O deserto e ou os espaços vazios do território mato-grossense deveriam ser ocupados como condição fundamental para o desenvolvimento. Mesmo com a abertura das novas fronteiras e com as transformações estruturais, consideradas modernizantes, de Cuiabá na Era Vargas, o discurso do isolamento, ainda permaneceu.

Até o início do século XX, contrariando o mito do isolamento, Mato Grosso estava ligado ao litoral e à capital federal pela navegação em especial pelo Rio Paraguai. Em 1914, os trilhos de ferro, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, passam a ligar Mato Grosso a São Paulo. Outra, ferrovia construída foi Madeira Mamoré (Porto Velho a Guajará-Mirim), com início em 1907 e entregue ao tráfego em 1912 com 365 km de percurso.

Além das ferrovias, as linhas telegráficas (1907) começaram a abertura de novas fronteiras em Mato Grosso. As linhas telegráficas deveriam ligar Cuiabá a Santo Antônio do Madeira. O serviço da Comissão Rondon responsável pelo trabalho de expansão do telégrafo, também realizou diversos estudos de geografia e de etnografia do interior do Brasil.

A expansão férrea e as linhas telegráficas são consideradas no relatório encaminhados a Vargas como ponto positivo para o desenvolvimento de Mato Grosso, porém, o mesmo texto enfatiza que estas ações foram descontínuas na Primeira República e que apenas no governo Vargas começa uma preocupação efetiva com o interior do Brasil.

Esses esforços que poderiam ter sido o início da conquista econômica do *hinterland* brasileiro, não prosseguiram. Verificou-se nova pausa de inação dos poderes públicos. Preocupados unicamente com os problemas do litoral, não prestavam ao desenvolvimento do Oeste Brasileiro a atenção devida.

Pode se afirmar que só hoje existe, generalizada na opinião pública brasileira a consciência exata do que a expansão do nosso progresso para o Oeste representa para o nosso país. Preparando, assim, o espírito público para essa campanha, procura o governo aliciar a colaboração da Nação inteira para os empreendimentos que tem em vista, no seu programa de valorização do intenso interior brasileiro. A ação a se desenvolver terá de ser contínua e ininterrupta, e não em jactos intermitentes como se deu no passado, dentro de um sistemático de realizações imediatas (MATO GROSSO, 1940, p.06)

Neste sentido, durante o período do Estado Novo, em Mato Grosso sob a interventoria de Júlio Strubing Müller (1937 a 1945)<sup>7</sup> o governo de Vargas mostrou-se eficiente ao inculcar um senso de identidade nacional na população de Mato Grosso, em específico de Cuiabá. Isto se fez em parte, de maneira discursiva pela propaganda realizada pelos jornais impressos locais e de maneira mais concreta, com a realização de várias construções de obras em Cuiabá.

## **2. Mato Grosso do tempo de Vargas**

A representação de Mato Grosso do tempo de Vargas é construída no relatório de 1940 como uma região em desenvolvimento, isso se fez devido à construção de dois ramais férreos. O primeiro estabelecendo a ligação com a República do Paraguai e outro com a República da Bolívia, as fronteiras estavam intersectadas por linhas férreas, os espaços internacionais vizinhos faziam-se mais rompidos e estavam mais próximos.

Nestes dois últimos anos foram iniciados dois ramos férreos de maior importância para Mato Grosso e para os interesses do país em geral: um estabelecimento de ligação ferroviária com a República do Paraguai e outro com a República da Bolívia. Os trilhos do Noroeste já avançaram cerca de 100 km, de Campo Grande em direção à fronteira com o Paraguai, até Ponta Porã. O outro, parte do Porto Esperança e Corumbá e irá até a cidade de Santa Cruz de La Sierra, no interior boliviano. A importância dessas estradas de ferro, sob o ponto de vista nacional, como continental, dispensa explicações. (INFORMAÇÕES..., 1940, p.07).

O mesmo relatório indica a construção da estrada de ferro de Cuiabá até o sul do Estado, essa indicação ainda, não foi concretizada até a primeira metade do século XXI. A ferrovia está muito próxima, aproximadamente 220 km, mas ainda não chegou a capital, como enfatiza Borges (2005) em sua obra, que os cuiabanos ainda estão “Esperando o Trem”.

---

<sup>7</sup> Júlio Müller fez curso secundário de Bacharel em Ciências e Letras, foi professor primário na Escola Modelo, Diretor do Grupo Escolar de Poconé, professor de alemão no Liceu Cuiabano e de francês na Escola Normal Pedro Celestino, Diretor da Escola Normal Pedro Celestino. Irmão de Filinto Müller e Fenelon Müller. Casou-se em 1919 com Maria Ponce de Arruda. Foi um dos 11 eleitores de Getúlio Vargas (Aliança Liberal) em 1930. Prefeito de Cuiabá em 1930 -31, Chefe de Polícia do Estado – 1931, eleito em 1934 deputado Estadual Constituinte, eleito governador em 1937, ficou no poder por 37 dias e foi nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas como Interventor Federal em 1937, permanecendo até 1945.

A aviação também chegou a Mato Grosso com a construção de vários campos de aterrissagem. O escoamento da produção, utilizando a navegação fluvial, atingindo principalmente os mercados do Prata, exigia a readequação dos portos, melhoria da frota e construção de estradas terrestres para que a produção pudesse chegar até as embarcações. Mato Grosso, na terceira fase da Era Vargas (Estado Novo) estava ligado ao centro-sul do Brasil, por transporte fluvial, ferroviário, aéreo e terrestre, embora nenhuma dessas formas de movimento fossem satisfatórias. A política de integração nacional estava estabelecida e provocou mudanças significativas no Estado.

Para uma política eficiente de integração nacional, houve também uma preocupação com a segurança nacional. Para tanto, as regiões de fronteira foram mais bem guarnecidas, com a criação de postos, embora o limite com a Bolívia e com o Paraguai, formasse uma área com uma extensão significativa difícil para o exercício do controle devido ao uso dos recursos humanos e tecnológicos da época. No tempo presente, são constantes a violação dessa fronteira com a movimentação de tráfico de drogas e roubo de veículos, assim como, a entrada de produtos estrangeiros que são comprados por brasileiros em território paraguaio e boliviano, burlando as leis alfandegárias brasileiras.

O governo Vargas, nos anos 40 aponta um Estado, com sérios problemas sanitários. A lepra, a tuberculose, a malária e a febre amarela fizeram com que muitos mato-grossenses perdessem suas vidas, havia poucos hospitais o que comprometia a fixação e o desenvolvimento das famílias. O Estado tinha uma economia pobre em relação a outros estados da federação. A pecuária e a erva-mate eram as principais atividades que movimentavam de uma maneira pouco eficiente a vida econômica. A pecuária como a atividade que primeiro movimentou a economia mato-grossense nos anos de 1930 a 1945, foi objeto de crítica, pelo próprio Getúlio Vargas, em sua obra Campanha Presidencial de 1951:

O gado é vossa principal riqueza. Mas é também a vossa fragilidade. Com a vida organizada na base da pecuária, o que realmente ocorre é que, do vosso trabalho, só pequena parcela fica e impulsiona o vosso progresso. A grande diferença entre a vossa terra e as outras que já enriqueceram e progrediram com labor semelhante é simples, mas profunda: negociais com reses, e os outros negociam com carne bovina; negociais com animais e os outros vendem produtos de alimentação.

O que se faz necessário para o aproveitamento real e efetivo das vossas riquezas é transformar o boi em mercadoria exportável. Para isso é preciso equipamentos, industrialização, transformação de matéria prima.

[...]

O que fez a riqueza de criadores de outras regiões e países foi a capacidade de industrializar. O boi dos vossos admiráveis campos, só dá lucros admiráveis quando, depois de longas e estafantes caminhadas, atravessa os limites do Estado (VARGAS, 1951, p.389 -390).

A pecuária criticada por Vargas não movimentava consideravelmente a economia de Mato Grosso, por que durante o Estado Novo também essa produção não era de qualidade. Em 1940, o rebanho bovino era de 4.159.000 cabeças e em muitos municípios havia a presença de febre aftosa, raiva e carbúnculo sintomático. Havia apenas um único posto do Ministério da Agricultura para acompanhar o desenvolvimento do rebanho, sendo que as principais necessidades da pecuária mato-grossense eram de:

- combate sistemático a raiva, ao carbúnculo, a aftosa, ao garrotilho, etc;
- vacinação do rebanho das zonas dominadas por determinado mal;
- combate permanente dos agentes transmissores das doenças, notadamente do morcego hematófago, transmissor da raiva;
- reprodutores finos, para serem revendidos aos criadores;
- facilidade para os fazendeiros adquirirem arame necessário ao fechamento dos seus campos;
- providencias no sentido de baratear o sal (INFORMAÇÕES, 1940, p.11).

A exportação de gado em pé para São Paulo e para Minas Gerais elevava o custo da produção. Desta forma, mesmo a pecuária que era considerada a principal fonte econômica de Mato Grosso na Era Vargas, não possibilitava desenvolvimento econômico para o Estado e não atendia a política Varguista voltada à indústria.

O relatório de 1940 aponta que a produção vegetal poderia ser “um grande reservatório de produção de muitos artigos e matérias primas de inestimável valor, difíceis de obter, em condições iguais ou melhores, em outras regiões do globo” (INFORMAÇÕES..., 1940, p.08). A erva mate, a borracha, a poaia<sup>8</sup>, o quebracho<sup>9</sup> e o babaçu<sup>10</sup> são os produtos extrativistas citados. O destaque do texto é para a indústria

---

<sup>8</sup> A poaia é da família da Rubiácea. Seu nome científico é *Cephaelis Ipecacuanha*, mas possui vários nomes populares. Segundo Oliveira (2012, p. 120) “O ambiente em que ocorre a frente extrativista da poaia concentra-se da margem direita do Rio Paraguai, que corre do Norte ao Sul, até a margem direita do Guaporé, que corre do Sul ao Norte”.

<sup>9</sup> A extração de quebracho (*Schinopsis brasiliensis*), madeira, dura e resistente que contém 20% de tanino, ocorria no município de Porto Murinho, lá existia duas fábricas a margem do Rio Paraguai. O tanino extraído do quebracho é utilizado na indústria de curtimento de couros.

<sup>10</sup> O babaçu (*Orbignya phalerata*) era um vegetal abundante na região, porém pouco explorado devido as dificuldades de transporte.

extrativa de erva-mate, cuja produção era aproximada a 20 milhões de quilos, sendo exportada anualmente uns 20 milhões pela Cia Matte Larangeira.

A Cia. Chegou a arrendar no início do século cerca de 5.000.000 ha de terras e empregando milhares de trabalhadores, a maioria procedente do Paraguai. Na década de 30, a Matte ainda mantinha arrendada uma área aproximada de 2.000.000 de hectares de terras devolutas. Sua sede central no Mato Grosso era Campanário, pequena “cidade” construída pela empresa no centro do planalto de Amanbaí, no início da década de 20. Possuía eletricidade, hotel, fábrica de gelo, telefone, etc. Contava com aproximadamente 2.000 moradores (ARRUDA, 1997, p.17).

Neste sentido, como destaca Arruda (1997), o sertão não era vazio, embora uma grande extensão de terras não tivesse apropriação individual, pois eram devolutas e arrendadas pela Cia Matte Larangeira, era “`vazia` de elementos estranhos a Companhia” (ARRUDA, 1997, p.17). Porém, conforme as políticas do Estado Novo, em especial a Marcha para Oeste, esta região foi considerada vazia, com a necessidade de ser conquistada, produzindo a abertura de outras fronteiras, espaciais, étnicas e sociais, fronteiras em construções como destaca Duarte (2005, p.17):

Fronteiras são construções. São processos social e historicamente – vale dizer, simbolicamente – produzidos. Devem ser concebidos mais como abertura a atualidade, do que como dado ou acabamento. São locais de mutação e subversão, regidos por princípios de relatividade, multiplicidade, reciprocidade e reversibilidade.

Novas fronteiras foram abertas com a derrubada da mata, e em muitos casos com uso irracional da madeira, que em 1940 era abundante, porém, não havia, conforme destaca o relatório instrumentos necessários para prepará-la para atender a demanda do próprio Estado.

Em 1940 a agricultura de Mato Grosso não era prodigiosa, apenas cumpria o papel de subsistência de sua população. Dentre os produtos mais cultivados estava a cana-de-açúcar, que produzia açúcar e aguardente. Eram produzidos também: milho, mandioca, feijão, arroz, batata, fumo, café, algodão e amendoim. O trigo era cultivado no sul do Estado.

Os avanços na agricultura não ocorriam devido à ausência de assistência aos produtores, e à infraestrutura de transporte. O relatório aponta para a necessidade da criação de campos de cooperação e de instalações de campos experimentais e de ensino rural em certas escolas.

Em relação à mineração, o relatório dá destaque para a exploração de ouro, diamante, cobre, manganês, ferro e pedras ornamentais. O texto do relatório aponta saída para a exploração e comércio de minerais com a Argentina. O escoamento da produção mato-grossense é outra questão evidenciada. O relatório enfatiza as duas direções do caminho das exportações de Mato Grosso, a primeira em direção a São Paulo e Minas Gerais, pelas estradas de terra ou pela ferrovia e a segunda em direção ao Prata pela via fluvial. As exportações para o mercado internacional se fazem pelas duas direções.

O relatório evidencia a importância da ligação ferroviária de Mato Grosso com o Paraguai e a Bolívia.

A construção dessas duas estradas de ferro tem uma importância considerável não só para os interesses estaduais, como para os interesses nacionais e do Continente Americano em geral. Através de Mato Grosso e de São Paulo, os dois países mediterrâneos da América, Paraguai e Bolívia, comunicar-se-ão mais fácil e mais rapidamente com as principais praças do nosso comércio e da nossa indústria e, pelo porto de Santos, com os países de além mar. Contribuiremos assim, por meio dessas linhas férreas internacionais, para a prosperidade de países amigos e vizinhos e abriremos novos mercados à nossa produção, principalmente a indústria, valorizando ainda extensas zonas do nosso hinterland (INFORMAÇÕES..., 1940, p.14).

A evidência da importância do trato com a navegação fluvial é destacada no relatório. Embora, considere a seca que atinge a bacia do Rio Paraguai, dificultando a navegação em alguma parte do percurso, a navegação fluvial não pode ser abandonada, principalmente para Buenos Aires que seria a principal praça do comércio de produtos minerais e vegetais de Mato Grosso. A navegação fluvial pelo Paraguai mais rápida e com menor custo, sobremaneira seria fundamental realizar investimentos no Porto de Corumbá, enfatizado como “grande tronco de irradiação da navegação fluvial no interior do continente americano (INFORMAÇÕES, 1940, p.16). Para que esta navegação pelo Paraná, Prata e Paraguai fosse revitalizada seria necessário investimentos no Porto de Corumbá e estes investimentos se faria tendo como referência o relatório do Departamento dos Portos de Corumbá em 1938.

### **Em Síntese**

É importante considerar que a proposta de abertura da navegação na bacia do Paraguai e o intercâmbio comercial com os países do Prata, no tempo presente, ainda não é uma realidade para a economia e a população de Mato Grosso.

A fronteira entre Mato Grosso e a Bolívia, cujo território tem um limite geográfico é marcada por resistências étnicas e muitos preconceitos, embora, recentemente, parte significativa de jovens brasileiros tenham buscado o país vizinho para sua formação, sobretudo em cursos de Medicina para que após graduados possam atuar no Brasil.

A agricultura e a pecuária em Mato Grosso são destaques na economia do agronegócio, porém essa organização comercial, embora tenha trazido sustentabilidade para o Estado e o país, provoca problemas em larga escala, como o desmatamento e exclusões estabelecendo fronteiras sociais.

É presente em parte da historiografia mato-grossense, em especial, nos livros didáticos sobre história de Mato Grosso informações apresentadas neste relatório, isso significa que a historiografia regional, compactuou de fontes cujas informações são parecidas com as apresentadas no texto em análise. O relatório também enfatiza que os índios foram dizimados no período colonial brasileiro, isso pode produzir um esquecimento sobre as populações indígenas atuais, fortalecendo etnocentrismos e estereótipos. Outra questão evidente é a construção de Mato Grosso como um espaço distante do litoral, como um sertão de difícil ocupação, um deserto. E alguns ainda acreditam, que Mato Grosso, seja um território de “espaços vazios”.

## **Referência**

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro Oeste. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Mato Grosso: do sonho a utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/ Carlini & Caniato Editorial, 2008.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.

DUARTE, Luís Sérgio. O conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy. *Textos de história*. Revista do programa de pós-graduação em História da UNB. V.13. n.1-2, p..17 - 25, 2005.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930 – 1945)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

INFORMAÇÕES SOBRE MATO GROSSO. Gabinete Civil da Presidência da República. Lata 325. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1941. Datilograf.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. *História de Tangará da Serra*. Tangará da Serra: Sanches, 2012.

\_\_\_\_\_. Missivas a Vargas: solicitação de mulheres durante o Estado Novo. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, v. 20, p. 85-93, 2016

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.